



TC 002.366/2014-2

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo

Responsáveis: Walter Barelli, CPF 008.056.888-20, e outros

Advogado/Procurador: não há

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: diligência

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), em razão de irregularidades na execução do Convênio Sert/Sine 33/99, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e a Associação Brasileira de Autogestão com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) repassados ao Estado de São Paulo por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99-Sert/SP.

EXAME TÉCNICO

2. Em 4/5/1999, a União, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP), celebraram o Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99-Sert/SP (peça 1, p. 30-50), com interveniência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), tendo por objeto o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor).

3. No âmbito desse convênio, foi firmado o Convênio Sert/Sine 33/99 (peça 2, p. 24-36) entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Sert/SP, e a Associação Brasileira de Autogestão, no valor de R\$ 99.871,20 (cláusula quinta), com vigência no período de 9/9/1999 a 9/9/2000 (cláusula décima), objetivando a realização de cursos de habilidade de gestão I e II para 490 treinandos (cláusula primeira). O termo de convênio não faz referência à contrapartida financeira, mas estabelece que, se o custo das ações superar o valor do convênio, a Associação responsabilizar-se-á pelo custo adicional (cláusula segunda, inciso II, alínea “e”). A par disso, o Plano de Trabalho apresentado pela Associação à Sert/SP, que serviu de base para a celebração do convênio, continha previsão de contrapartida no valor de R\$ 30.000,00 (peça 1, p. 206).

4. Os recursos federais foram transferidos pela Sert/SP à Associação Brasileira de Autogestão por meio dos cheques 1.240 (1ª parcela), 1.491 (2ª parcela) e 1.563 (3ª parcela), da Nossa Caixa Nosso Banco, datados de 27/9/1999, 17/12/1999 e 29/12/1999, nos valores de R\$ 39.948,48, R\$ 29.961,36 e R\$ 29.961,36, respectivamente (peça 2, p. 48, 54 e 60).

5. Posteriormente, a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) realizou trabalho de fiscalização a fim de verificar a execução do Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99-Sert/SP e, por conseguinte, do Plano Estadual de Qualificação (PEQ/SP-99), tendo apurado indícios de irregularidades na condução desse ajuste, conforme consta da Nota Técnica 29/DSTEM/SFC/MF, de 20/9/2001 (peça 1, p. 6-28).

6. Em face dessas constatações, o concedente constituiu Comissão de Tomada de Contas Especial (CTCE), por meio da Portaria 11, de 3/3/2005 (peça 1, p. 4), com o objetivo de investigar a aplicação de recursos públicos do FAT repassados ao Estado de São Paulo no exercício de 1999 por meio do Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99-Sert/SP. No presente processo, a CTCE analisou especificamente a execução do Convênio Sert/Sine 33/99, conforme o Relatório de Análise da Tomada de Contas Especial, datado de 25/7/2007, e o Relatório de Tomada de Contas Especial, datado de 26/3/2013 (peça 2, p. 86-150, e peça 3, p. 98-109), tendo constatado diversas irregularidades (inexecução do convênio, liberação de parcelas sem que se comprovasse a efetiva execução das ações de educação profissional contratadas, entre outras). Ao final, a CTCE apurou débito correspondente ao valor total repassado pela Sert/SP à Associação (R\$ 99.871,20), descontada a importância devolvida em 14/3/2000 (R\$ 922,01 – peça 3, p. 96), arrolando como responsáveis solidários: Associação Brasileira de Autogestão (entidade executora), Tiago Nogueira (Presidente da entidade executora), Walter Barelli (ex-Secretário do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo), Luís Antônio Paulino (ex-Coordenador Estadual do Sine/SP) e Nassim Gabriel Mehedff (ex-Secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego).

7. Em 8/5/2013, a TCE foi encaminhada à Controladoria-Geral da União, que emitiu o Relatório de Auditoria 1.099/2013 e o Certificado de Auditoria 1.099/2013 (peça 3, p. 161-167), concluindo no mesmo sentido que a CTCE.

8. O Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno 1.099/2013 concluiu pela irregularidade das presentes contas (peça 3, p. 168).

9. O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego atestou haver tomado conhecimento das conclusões contidas no Relatório de Auditoria, no Certificado de Auditoria e no Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno (peça 3, p. 171).

10. Concluído esse breve histórico dos fatos, verifica-se, desde logo, a necessidade de sanear o presente processo, visto que deixaram de ser incluídos documentos que serviram de base à apuração das irregularidades no âmbito da CTCE (Documentos Auxiliares), tais como os diários de classe, mencionados no item 65 do Relatório de Análise da TCE e no item 19 do Relatório de Tomada de Contas Especial, entre outros (peça 2, p. 108, e peça 3, p. 104).

10.1 A esse respeito, consta a seguinte informação no item 1 do Termo de Adequação referente à montagem do presente processo de tomada de contas especial (peça 1, p. 92):

1. As peças extraídas dos volumes I, II, III e IV do processo 46219.013401/2006-79, não relacionadas na Portaria SE/CGU nº 958, comporão os Anexos I e II - Documentação Auxiliar - e preservadas, na forma e conteúdo, e juntadas aos demais documentos analisados pela Comissão de TCE anterior, que ficarão arquivados na Secretaria de Políticas Públicas do MTE; (...)

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

11. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo realizar diligência, com fundamento nos arts. 10, § 1º, e 11 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 157 do Regimento Interno/TCU, à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE/MTE, para que, no prazo de quinze dias, seja encaminhada cópia digitalizada dos Documentos Auxiliares (referidos no Termo de Adequação, no Relatório de Análise da TCE e no Relatório de Tomada de Contas Especial) que serviram de base à apuração das irregularidades no Processo 46219.013401/2006-79 – Tomada de Contas Especial instaurada relativamente ao Convênio MTE/Sefor/Codefat 4/99-Sert/SP e Convênio Sert/Sine 33/99 (Associação Brasileira de Autogestão).



Secex/SP, em 25 de abril de 2014.

(Assinado eletronicamente)

Helder W. S. Ikeda

AUFC – Mat. 3084-8